

## HABITAÇÃO EM BRASÍLIA

DF Invasão

Governo do Distrito Federal envia à Câmara Legislativa projeto que autoriza venda de áreas rurais públicas dando preferência ao ocupante do local. Medida pode beneficiar grileiros, segundo oposição e Ministério Público

# Terra sem licitação

Samanta Sallum  
Carolina Nogueira  
Da equipe do **Correio**

Kléber Lima



ADEMAR HENRIQUE OCUPA UMA ÁREA DE 150 HECTARES: "SE O GOVERNO DER ESCRITURA, ACABA ISSO DE INVADIR"

O Governo do Distrito Federal quer aprovar na Câmara Legislativa projeto de lei que permite a venda das terras públicas rurais. De todos os itens da pauta da convocação extraordinária, a proposta é a que está provocando a maior discussão entre os deputados. Além de inconstitucional, o projeto é apontado como um "presente de Natal para os grileiros". Isso porque permite a venda direta, ou seja, sem licitação, para os atuais ocupantes das terras rurais. Detalhe: o benefício contempla aqueles que se fixaram nas glebas há apenas 1 ano e um dia.

A proposta do governo também autoriza a transferência de grandes terrenos do Estado, de até 1 mil hectares (o equivalente a quase 1 mil campos de futebol), para particulares. Com o projeto, o governador Joaquim Roriz pretende cumprir uma promessa de campanha feita aos produtores rurais que são arrendatários de terras do GDF. Roriz garantiu que iria dar a eles as escrituras de posse das áreas que ocupam.

As áreas rurais públicas atualmente arrendadas somam cerca de 174 mil hectares e estão nas mãos de cerca de 3 mil produtores.

Por hectare, eles pagam uma taxa de R\$ 5,77 por ano à Fundação Zoobotânica. O governo alega que o arrendamento não é vantajoso pelo alto índice de inadimplência e optou por vendê-las. Mas tal medida, que deveria beneficiar apenas os pequenos produtores e antigos arrendatários, abre brecha para que recentes ocupantes de área rural possam ser beneficiados.

O projeto do governo prevê que aquele, mesmo não sendo proprietário rural, que tornar as áreas rurais no DF produtivas "terá preferência para adquirir seu domínio, dispensada licitação, mediante pagamento do valor atual da terra nua".

"Esse projeto é completamente inconstitucional e dá a medida do desrespeito com que se trata a terra pública aqui", denuncia o procurador da República Alexandre Camanho. Entre os pontos questionados na proposta, estão a dispensa da licitação para os arrendatários, o curto prazo estabelecido para a legitimação da ocupação (de apenas 1 ano e 1 dia) e o tamanho das áreas que poderão ser vendidas. Este detalhe chamou bastante atenção dos deputados. Atualmente a legislação local prevê que a área máxima em zona rural passível de alienação é de 300 hectares. Mas o governo está querendo vender

glebas de até 1 mil hectares.

Para o procurador Alexandre Camanho, o projeto do GDF é duplamente condenável. "Além de propor um ato ilegal, que é a venda de terras públicas, essa lei premia o cidadão que agiu de má fé, que grilou terras, em detrimento do outro que sempre andou na linha."

Na avaliação do Ministério

Público Federal e também do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) a forma que o governo encontrou para transferir a titularidade das terras rurais fere a lei de licitações, a 8.666. "É um crime contra o patrimônio público. O governo não pode dispor dessa maneira das terras. Elas devem ser preservadas para promoção de projetos sociais e não

para beneficiar quem invadiu", reforça a arquiteta Tânia Batela, do comissão de políticas urbanas do IAB. O instituto já entrou com representação no Ministério Público contra a venda das terras rurais públicas.

Até os deputados governistas admitem que é necessário rever o projeto. "Só podemos aprovar o projeto com a certeza de que só

beneficiará os agricultores, aquelas pessoas que há anos trabalham na terra. Não vamos permitir que outras pessoas tirem vantagem da lei", apontou o deputado Daniel Marques (PMDB).

"Esse projeto é uma imoralidade. É um presente de Natal para os grileiros. Não podemos permitir isso", destacou Rodrigo Rollemberg (PSB). "Vamos analisar o projeto com cuidado e corrigir se algo estiver errado. Tenho certeza de que o governo não fará nada ilegal", ponderou o vice-presidente da Câmara, deputado Gim Argello (PMDB). O projeto estava previsto para ser votado hoje, mas diante da polêmica, os próprios deputados admitem que será necessário mais tempo para discutir o assunto.

O agricultor Ademar Henrique Isoton, possessor de uma chácara de 150 hectares na região do Núcleo Rural do Taquara, na região de Planaltina, aprova o projeto do GDF. "Terra pública ninguém respeita. Todo mundo passa a mão e pega um pouco". Para ele, essa seria a solução definitiva do problema das invasões. "Se o governo der a escritura para todo mundo, acaba isso de invadir. Quando a terra é privada, ninguém ocupa", comenta Ademar, em sua chácara de 150 hectares onde produz milho, feijão e soja.